



INTERVENÇÕES EM PROMOÇÃO DA SAÚDE: SERÁ QUE CONSEGUIMOS?

Atualmente, nos defrontamos com diversas melhorias no campo da saúde, reflexo disso, é o aumento da esperança de vida do brasileiro que subiu de 69,83 anos em 2000 para é de 75,14 anos em 2014 (IBGE, 2013). Embora a transição demográfica observada, anos a mais de vida, pode ocasionar consequências na saúde pública, como a maior carga para as doenças e agravos não transmissíveis, caso a população não mantenha hábitos de vida saudáveis, valorizando assim o tema da promoção da saúde como uma nova agenda de discussão.

O Ministério da Saúde do Brasil assumiu entre as suas prioridades a estruturação de ações de promoção da saúde, diante disso, criou-se a Política Nacional de Promoção da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007; MALTA, et al., 2014) e as Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil (PEDCNT) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Apesar de todos os esforços, ainda não é comum à implementação de intervenções e o dispêndio de investimentos significativos em promoção da saúde nos municípios brasileiros. Promover saúde de forma macro é complexo e segundo Czeresnia (2003) é algo tão amplo como a própria noção de vida, o que envolve tanto aspectos individuais como socioambientais tornando necessário um menor distanciamento entre o suporte científico da academia e o ambiente gestor político de saúde.

Neste contexto, a Universidade do Contestado, Campus Mafra, promoveu entre os dias 15 a 17 de outubro, o Iº Congresso Norte Catarinense em Promoção à Saúde – Universidade e a Promoção à Saúde no Desenvolvimento Regional. O evento contou com a participação de cerca de 300 congressistas, os quais

apresentaram 32 temas livres na forma de comunicação oral, e participaram de 7 palestras, 6 minicursos e 1 colóquio.

O objetivo do evento foi realizar a discussão para disseminação da Promoção da Saúde nas regiões do Planalto Norte Catarinense e Sudeste do Paraná, regiões, onde a implementação de intervenções nesta conjuntura ainda é tímida e a cultura que impera é a hospitalocêntrica.

Viu-se uma participação em massa de acadêmicos de diversos cursos da área da saúde, alguns profissionais, mas se viu pouco - ou não se viu - a participação efetiva de Gestores Públicos Municipais da Saúde, nem de outros setores importantes no processo de promoção da saúde, como é o caso do setor de obras, planejamento urbano, assistência social e educação.

A inserção da promoção da saúde é requisito imprescindível na construção de políticas públicas em municípios que pensam na qualidade de vida e no futuro da sua população que cada vez mais envelhece. O evento promovido, foi o primeiro passo do debate e da interligação entre Universidade e Setor Público, importante na construção de um elo de mobilização coletiva para saúde baseada em evidências científicas abrindo a possibilidade da implementação de intervenções efetivas, que consigam atingir o maior número de pessoas e perdurar ao longo do tempo como prioridade.